

**HISTÓRIA PÚBLICA, ENSINO DE HISTÓRIA E O PIBID HISTÓRIA UFC**Maria do Céu Colares Botelho Neta<sup>18</sup>Francisco Hugo Sousa de Medeiros<sup>19</sup>Francivânia Gonçalves da Silva<sup>20</sup>Ana Carla Sabino<sup>21</sup>**RESUMO**

Este artigo aborda as experiências do PIBID História/UFC sobre a relação entre Ensino de História e o conceito de História Pública construídas e vividas nas escolas e no Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de História/UFC, nos anos de 2016, 2017 e 2018, onde os professores parceiros explicitaram sua função pública, social e de ofício no diálogo com alunos que buscam entender a si próprio para só assim conhecer o seu lugar no mundo.

15

**PALAVRAS-CHAVE:** História Pública; Ensino de História; PIBID História UFC.

**ABSTRACT**

This article discusses the experiences of PIBID History / UFC on the relationship between History Teaching and the concept of Public History built and lived in schools and in the Study and Research Group in History Teaching / UFC, in the years 2016, 2017 and 2018, where the partner teachers explained their public, social and professional role in the dialogue with students who seek to understand themselves in order to know their place in the world.

**KEYWORDS:** Public History; History teaching; PIBID UFC History.

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, as suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia, pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. Nesse sentido, a história pública pode ser definida como um ato de “abrir portas e não de construir muros”, nas palavras de Benjamin Filene.<sup>22</sup>

**NÓS E A HISTÓRIA PÚBLICA**

A epígrafe acima extraída do livro “Introdução à História Pública”, organizado pelas autoras Juniele de Almeida e Marta Rovai define bem o conceito de Público quando

<sup>18</sup> Graduanda em História – UFC/ Bolsista PIBID Subprojeto História UFC (2017/2018)

<sup>19</sup> Graduando em História – UFC/ Bolsista PIBID Subprojeto História UFC (2017/2018)

<sup>20</sup> Estudante Secundarista - Escola Dr. César Cals – Fortaleza/CE, em 2018.

<sup>21</sup> Professora do Deptº de História UFC/ Coordenadora do Subprojeto História UFC (2015-2018)

<sup>22</sup> ALMEIDA, J.R.; ROVAI, M.G.O. **Apresentação.** In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 7.

relacionado aos usos da História. E, desse modo, nos impõe um desafio: o de popularizar a definição de Público para além e aquém da coisa pública ligada às instituições de governo e do modelo de história política pautada, sobremaneira, nos ditos e feitos dos políticos e no (des)cumprimento das leis.

A história ensinada, especialmente nas escolas, deve ensinar através de currículos significativos, a seguinte verdade histórica: o Público somos nós e o que fazemos, falamos e, estamos por toda parte e em todos os tempos, no “palco” ou na “plateia”. Afinal, o “palco” sem a “plateia” ou a “plateia” sem o “palco” é quase o mesmo que uma biblioteca sem leitores, uma escola distante da sociedade ou um arquivo público sem papel, ou melhor, são lugares não ocupados.

A metáfora acima exemplifica, portanto, a necessidade real por parte dos docentes em história, em reconhecer e trabalhar a palavra ou a fala curiosa, os *insight* dos discentes nas aulas de história (interpretações, perguntas ou comentários, tantas vezes denominados de “senso comum” ou banalizados), como verbo pensado, representado e dito Publicamente, no mais pleno exercício da liberdade de expressão, ato tão encorajado pelos historiadores nas belas narrativas historiográficas dos livros didáticos.

A vontade de ouvir foi uma boa lição aprendida pelo PIBID História em suas intervenções nas escolas entre os anos de 2016-2018, com a total participação e parceria dos professores das escolas<sup>23</sup> que cotidianamente incitam seus estudantes a querer falar e a conhecer, ainda que façam isso “perguntando a pergunta”, sem saber ao certo como se colocar frente a tantas histórias: aquela contada pelo professor, a que está escrita nos livros ou a encenada nos filmes.

Os textos sobre/da história pública nos disseram também sobre audiência pública, autoria compartilhada, usos públicos do passado e daí nós compreendemos mais sobre como acontece um diálogo sábio em sala de aula, capaz de ecoar no intuito de “quebrar os muros” que separam a história científica e a história escrita para um público não acadêmico:

Talvez a principal diferença entre o que a história pública propõe e o que a academia produz seja a ampliação do espaço e do seu público, e aos usos do conhecimento. Como poderemos ver, o trabalho fora da Universidade pode se expandir por meios dos arquivos, dos museus, da

<sup>23</sup> Escola Cesar Cals (Prof. Supervisor Pedro Trigueiro); Escola Liceu de Messejana (Prof. Supervisor Jorge Sampaio) e Escola Liceu do Ceará (Prof. Supervisora Regina Bernardo). Todas as escolas compõem a rede pública estadual de ensino do Ceará, e estão situadas na capital, Fortaleza.

fotografia, do cinema, da história oral, sem, no entanto, perder em seriedade e compromisso com a produção de saberes.<sup>24</sup>

O conceito de história pública, nesse contexto escolar, pode ser entendido como a história contada, ouvida, vivida, lembrada, ensinada e aprendida fora da Academia e que atinge um número abrangente de pessoas, um público comum, que muitas vezes é privado de bens culturais, caso de boa parte da juventude que cursa o ensino médio. Visitações a museus e sítios históricos, por exemplo, “visam colocar o público em contato com um passado que, em geral, é apresentado como herança comum a todos”.<sup>25</sup>

A história deixa de ser restrita aos intelectuais conservadores que acreditam reter o conhecimento histórico, sujeitos trancafiados em seus arquivos e que só se exibem àqueles em que acreditam serem merecedores. Os professores de história parceiros do nosso grupo PIBID, aula após aula, reconheciam que sua função pública, social e de ofício dependiam do diálogo profícuo com jovens alunos curiosos, que buscam muitas vezes entender a si próprio para só assim conhecer o seu lugar no mundo.

## **POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA PARA TODOS**

Indagações do tipo “o que a história produz? Porque a história ensinada na escola é bem mais simples que a história ensinada da universidade? Quando acontecerá a 3ª guerra mundial?”, e tantas outras colocadas pelos estudantes durante nossas aulas oficinas, nos levou a conclusão de que, cientes ou não, todos nós somos historiadores públicos, devido à necessidade de entender o passado pelas lentes da história da ciência da história e da didática da história, por conta da forma instantânea, intuitiva e instrumental como é questionada.

E quem nunca ouviu a frase: “Mas, pra que estudar história? História é muito chato, só fala de coisas do passado?”. De fato, estudar história requer tempo e dedicação e a maioria dos jovens vê a vida muito instantaneamente, principalmente em virtude da internet e das redes sociais.

Afinal, quem são essas pessoas que ainda no 3º ano do ensino médio não sabem por que estudam história? E “agora somos todos historiadores públicos? Será que todos os que se

<sup>24</sup> ALMEIDA, J.R.; ROVAI, M.G.O. **Apresentação**. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 9.

<sup>25</sup> ALBIERI, Sara. **História pública e consciência histórica**. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 21.

debruçam sobre o passado com a participação do público (...) é um ‘historiador público’?”<sup>26</sup>. Sim! E estamos atribuindo mais um objetivo a lida do professor: a de corroborar com a formação da consciência histórica dos seus alunos e de todos que os circundam.

Assim, o estudo da história pública está ligado a como adquirimos nosso senso do passado – por meio da memória e da paisagem, dos arquivos e da arqueologia (e por consequência, é claro, do modo como esses passados são apresentados publicamente)<sup>27</sup>.

Não é a toa que resulta da história pública, a história coletiva e colaborativa, sendo bastante difícil delimitar um recorte ou uma temporalidade. E que suas questões são abrangentes, e envolvem diferentes públicos, seja por faixa etária, seja por classe social, expectadores assistindo ou comentando o filme ou a novela na TV ou adolescentes que dormem em da sala de aula.

Para citar o aluno como sujeito, fonte e objeto da formação histórica, os docentes historiadores devem, portanto, definir outros territórios para sua práxis, como os da Informação, do Conhecimento e da Comunicação, além das áreas das ciências humanas, exatas, da natureza e das linguagens, campos circunscritos à própria disciplina escolar e saberes autoexplicativos.

Boas conversas sobre como e por qual razão jornalistas, bibliotecários, arquivistas, *Youtubers*, cineastas e documentaristas, por exemplo, escrevem sobre história ou se inserem num contexto histórico, trariam à tona as suas especificidades narrativísticas, aquelas que já sabemos que é mais ouvida e que fala bem mais alto aos jovens discentes, se compararmos com as matérias de história e certas aulas expositivas moldadas na teoria da transmissão do conhecimento de quem sabe mais para quem sabe menos, de quem tem mais poder para quem tem menos.

A sala de aula é, dessa maneira, o lugar de ser e do dever ser da história pública, o espaço pelo qual todos devem ter direito à história partilhada entre os historiadores e os literatos, pessoas que sabem tão bem perpetuar o principal artifício do método histórico: o enredo.

Seja através de canais no Youtube, seja através de revistas de história eletrônicas, seja através de filmes de cunho historiográfico, a história pública está presente e pode se tornar um aliado do professor – que se torna um historiador público – na hora de ensinar o conteúdo. O docente também acaba assumindo um papel ético, acadêmico, social e profissional quando

<sup>26</sup> LIDDINGTON, Jill. **O que é história pública?** In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 32.

<sup>27</sup> Idem, p.34.

faz uso e corrobora com a identificação da vontade de história pelos fazedores e usuários da história pública.

### **A HISTÓRIA CONTADA NO LIVRO DEVE SER MELHOR QUE A DO FILME?**

No entanto, não podemos esquecer que, nesse contexto, o principal instrumento usado em sala de aula por professores e alunos, para aprender e ensinar a história é o livro didático de história. O único livro que boa parte dos estudantes possui, mesmo sem gostar, sem lê-lo e sem reconhecê-lo como livro (uma categoria do gênero literário), mas, “apenas” como livro didático. Essa contradição, reconhecida pelos próprios pibidianos quando estudantes da educação básica, aproximaram ainda mais o PIBID História UFC das questões emergentes da história pública. E daí nossa relação com o livro didático e com os alunos, em sala de aula, foi de considerar que não existe e nem existirá “o livro didático ideal”, mas, versões históricas escritas por autores em seu tempo e por sua forma, sobre um fato ou outro.

Com outra perspectiva, surgem na década de 1980, os livros paradidáticos. Eles pretendiam “descortinar” a história ou contar “tudo” sobre o outro lado da história, ou seja, reforçavam a história verdade “nua e crua” e não as muitas explicações históricas. Eram vendidos com o intuito de reforçar o conteúdo exposto pelo professor e acabou sendo utilizado também por pessoas fora do ambiente escolar: “Focados em objetos específicos, podiam trazer tanto textos convencionais sobre o tema em estudo quanto pequenos enredos de ficção ambientados historicamente”.<sup>28</sup>

Desnaturalizar a autoria e o texto do livro didático, confrontando com outros livros didáticos, foi crucial para o início da aceitação, pelos alunos, desse material como instrumento de consulta, pesquisa, leitura, crítica e aprendizado. Enfim, como um possível ponto de partida para o debate com a história enunciada por outras expressões culturais como o filme, documentário, a música e o teatro. Caso, do documentário “O dia que durou 21 anos”<sup>29</sup> que aborda o conteúdo da ditadura civil militar no Brasil 1964-1984, unidade curricular de todos os livros didáticos contemporâneos de História do Brasil.

A história pública enquanto conceito produzido em virtude da história alheia ao falar a partir das suas intercessões com o mundo da polifonia fílmica, musical e fotográfica,

<sup>28</sup> FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **Ensino de história, mídia e história pública**. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 187.

<sup>29</sup> Documentário Brasileiro lançado em 2012, dirigido por Camilo Tavares.

tendo como inspiração a história dos livros e dos livros didáticos, ergue uma ponte entre a história contada no romance, no livro didático e a história contada no filme. Nesse caminho não há atritos da ficção com a realidade, somente o uso da força da imaginação histórica tentando domar a representação utópica dos sujeitos que produzem livros e filmes.

Enquanto bolsistas de um dos programas mais importantes existentes na universidade, talvez o único que interliga ensino de história e a formação docente no âmbito acadêmico e escolar, - o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) - tivemos oportunidades de vivenciar essas experiências com a História Pública, ao dar aulas tendo como fonte e objeto o livro didático, filmes e em alguns “passeios” pelos Museus da cidade de Fortaleza.

### **“RESPEITÁVEL PÚBLICO”, ESCOLA E PIBID, OBRIGADA!**

A partir daqui nos despedimos desse artigo agradecendo ao público da escola e do PIBID e, em especial, a comunidade que fez e faz o PIBID da História UFC.

Nós aprendemos que é possível despertar o interesse dos jovens pela história utilizando os mecanismos de informação da História Pública, explicado aos alunos a importância da preservação e da consolidação da prática historiadora na vida de cada um e o direito ao acesso dos documentos públicos na formação da consciência histórica.

O acesso aos diversos meios de comunicação traz perspectivas pertinentes para debatermos sobre qual “História” os jovens da atualidade estão se interessando. Utilizando como padrão de disseminação de conteúdo as visualizações de vídeos e acessos em *sites*, sabemos que as principais pesquisas acerca da história feitas por esses jovens são pesquisas que trazem o teor da curiosidade como elemento motivador.

Os males que os conteúdos de certos *sites* de busca trazem, por outro lado, são exatamente a ausência de debates sobre os arquivos e as fontes históricas, pois, as fontes são ignoradas no ambiente virtual e o mais questionável é que não são cobradas pelos internautas. O que nos faz pensar em outra discussão recente que são os *Fake News* que são informações de notícias espalhadas principalmente via redes sociais como, Facebook, Instagram e Twitter que não representam a realidade, mas que são compartilhadas na internet como se fossem verdadeiras. O objetivo de uma *fake news* é criar uma polêmica em torno de uma situação, evento ou pessoa, contribuindo para a desinformação. É também um reflexo da busca pela informação acelerada, da ausência de práticas de leituras e usos de fontes, por essa nova geração de jovens.

Dessa forma, o nosso papel como PIBID foi compartilhar a reflexão em torno da História Pública em sala de aula a fim de questionar as formas públicas de apresentação da História em constante diálogo com o que é dito nos meios de informação.

É inegável a importância da história pública não só para o ensino de história, mas, como já foi falado anteriormente, para a “divulgação” de forma responsável da história em diferentes públicos, inclusive no espaço acadêmico, onde ela é pouco debatida. Todavia, esse espaço esta cada vez mais sendo conquistado, o tema do XVI Encontro Estadual de História do Ceará/julho de 2018, realizado pela Associação Nacional de História – ANPUH foi um bom exemplo disso. O encontro intitulado “História Pública e Democracia”, reuniu dois conceitos importantes para nossa formação enquanto professores de História.

Retornando para o uso da História Pública em sala de aula (para pibidianos e alunos da escola) e para as situações empáticas geradas a partir desse uso, consideramos que os estudantes entenderam essa história como uma forma de ensino mais aceita, pois além de ser muito atraente, ela produz conhecimentos de uma forma rápida e instigante, através de outros profissionais e suportes.

A história, assim como a ciência, é – como também já mencionamos – roteiro de diversos filmes, séries, novelas, histórias em quadrinhos e, até mesmo para jogos. Trazendo assim, um maior interesse dos jovens por assuntos como: mitologia, guerras e, os grandes vultos da história. Hoje não é muito difícil ouvir jovens conversando sobre Segunda Guerra Mundial, Revolução Russa e Ditadura Militar. Sendo assim, os jovens têm recebido muitas informações históricas através desses meios, a cultura pop, por exemplo, têm se preocupado com o enriquecimento de seus enredos e a Mitologia grega e nórdica, despertam uma paixão singular no grupo infanto-juvenil. Já as guerras e as revoluções são os temas que mais atraem o público mais adulto. Sobre isso o historiador Jurandir Malerba, afirma:

O entusiasmo pela história viva contagia as nações. No Brasil, onde os folhetins televisivos têm grande audiência, incontáveis minisséries de sucesso tiveram como enredo questões de fundo histórico. Seguindo a moda estrangeira, inúmeras revistas de história com fim de divulgação científica circulam hoje no país. Em suas mais diversas formas de apresentação popular, também aqui o passado nos cerca. Editores, publicitários e homens de mídia em geral descobriram que o passado pode representar bons negócios.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> MALERBA, Jurandir. **Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?:** uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. In: História da Historiografia: revista eletrônica quadrimestral. Ouro Preto / Edufop, 2014, número 15, agosto, 2014. p. 29.



Muitos adolescentes dispõem de seu tempo livre, para assistirem documentários históricos em busca de informações não dadas em sala de aula. Para esse grupo de expectadores e influenciadores existem muitos canais de curiosidades históricas no Youtube. No entanto, essa forma de fazer história pública é muito perigosa e temos sempre que estar atentos, pois ela trás, diversas possibilidades de interpretações que, às vezes, são errôneas e ao invés de ajudar o professor ou o aluno em sala de aula, dificulta e atrapalha o aprendizado histórico.

Muitos docentes já perceberam que seus estudantes se interessam bastante por vídeo aulas, alguns costumam indicar canais ou eles mesmos acabam entrando “nessa onda” e virando youtubers. Mas, ainda existe a preocupação em manter a atenção de seus alunos em sala de aula (recinto mais público dos públicos), usando a metodologia da investigação histórica ao apresentar filmes, documentários e fontes históricas para serem assistidos e analisados.

Às vezes, não nos damos conta que passamos o dia tendo “contato” com o passado. Seja através de noticiários, na leitura de um romance ambientado no século XIX, seja conversando com nossos pais ou avós, que nos relatam com certo saudosismo “que no tempo” deles era tudo diferente. Os nossos estudantes também estão em “contato” com esse “tempo dos outros”, muitas vezes sem se dar conta que tem uma parte nesse tempo alheio. Sobre isso Igor Lemos Moreira, fala:

A partir das possibilidades de interação entre a História e a dimensão pública da sociedade, assim como a atuação dos “públicos” na formulação de narrativas sobre o passado, verificou-se não apenas a necessidade, mas também a possibilidade enriquecedora de tal proposta, assim como a oportunidade do estímulo à participação discente durante as aulas e o desenvolvimento da reflexão crítica sobre o presente e as múltiplas representações do passado.<sup>31</sup>

Não é só na sala de aula que o estudante fortalece sua consciência histórica, e nós e os professores sabemos disso: “A formação do estudante está relacionada às relações entre saber e agir na orientação do indivíduo, voltada especialmente a dimensão da vida prática do sujeito”.<sup>32</sup> Temos que ter em mente que o aluno interpreta o mundo e a si mesmo de forma individualizada e muito da sua noção de mundo é levada para a sala de aula, principalmente

---

<sup>31</sup> MOREIRA, Igor Lemos. **Sobre História Pública E Ensino De História**: Algumas Considerações. In: Dossiê Ensino De História: Diferentes Enfoques e Perspectivas. EBR – Educação Básica Revista, vol.3, n.2, 2017, p. 84.

<sup>32</sup> Idem, p. 85.



quando se trata de uma história que está ligada ao seu dia a dia, pois, ele também é um ser histórico.

Um exemplo que podemos dar sobre essa relação entre história pública e a consciência histórica do sujeito, levando em conta sua individualidade e o seu cotidiano, foi o intercâmbio feito recentemente (junho/2018) entre o Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de História (GEPEH) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Mario Barbosa localizada em uma área indígena Pitaguary no município de Maracanaú-CE.

Os estudantes do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II desta escola realizam um projeto intitulado “Detetives da História” projeto esse iniciado em 2015 e idealizado pela professora Adriana Oliveira, onde o grupo tenta resgatar a memória e a identidade indígena dessa comunidade, uma vez que muitos de seus habitantes não se reconhecem como um povo indígena. O grupo além de ressignificar essa identidade, promove também, a história desse lugar tornando-a pública, já que ela é divulgada a comunidade escolar e a outros sujeitos fora dela como é o caso do Grupo de Estudos.

Esse exemplo também seria perfeito para dizer da relação entre a História Pública e a Academia – representada aqui pelo GEPEH – e do crescente interesse que os historiadores acadêmicos estão tendo por esse tema, como uma forma “positiva” de se fazer e estudar História.

Por fim, reiteramos os saberes e fazeres distintos dos historiadores acadêmicos e dos historiadores públicos – ou não acadêmicos. Jack M. Holl sustenta que “as atividades profissionais de ‘historiadores práticos’ e ‘acadêmicos’ são eminentemente distintas, não obstante o *common ground* que compartilham”.<sup>33</sup> Ou seja, a distinção entre essas duas categorias não é a bagagem intelectual que os historiadores públicos – chamados aqui pelo autor de “historiadores práticos” – adquiriram “por meio do treinamento que eles compartilham com os historiadores acadêmicos, mas sim sua cultura de trabalho que é moldada por identidades, perspectivas, missão e valores distintos”. O historiador ainda acrescenta que:

Donald Ritchie afirmava que tanto historiadores acadêmicos (mesmo atuando como intelectuais na esfera pública) quanto historiadores públicos nos EUA procuravam atingir grandes audiências, mais amplas que o círculo de seus pares. Enquanto acadêmicos, como intelectuais e

<sup>33</sup> HOLL *apud* MALERBA, Jurandir. **Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?:** uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. In: História da Historiografia: revista eletrônica quadrimestral. Ouro Preto / Edufop, 2014, número 15, agosto, 2014. p. 30.

cidadãos, podem comentar livremente sobre questões políticas atuais, os “historiadores públicos” tendem a utilizar suas habilidades de forma mais sutil para moldar a consciência pública por meio da apresentação da história em linguagem popular, em museus, sítios históricos, documentários e *websites*.<sup>34</sup>

Isso nos permite entender que a audiência tem um papel fundamental no fazer da História Pública e que os historiadores acadêmicos, no nosso caso, os acadêmicos brasileiros, ainda tem se mostrado “tímidos”, pois preferem se resguardar mais na academia que aparecer nas escolas.

Os estudos sobre a História Pública não são recentes, embora esse conceito aqui no Brasil, não seja algo muito divulgado. Mas é inegável a sua importância, principalmente, no que tange a formação de professores, ao ensino e a aprendizagem da história. Buscar entendê-la, construí-la e divulgá-la de forma responsável faz parte da democratização da nossa história e do que entendemos como ensino.

---

<sup>34</sup> Idem, p. 31.